

TERRITORIALIDADES SERTANEJAS: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL NORTE- MINEIRO

Maria das Graças Campolina Cunha¹

RESUMO: Enfocando os processos de territorialidade das comunidades rurais sertanejas, este trabalho tem como objetivo analisar as transformações ocorridas no seio dessas populações com a implantação de novas atividades ocasionadas pela produção capitalista, a partir de 1970. A história desse espaço - o sertão norte-mineiro - vincula-se à sua apropriação por grupos diferenciados que forjaram identidades que os vinculam ao meio físico em que se encontram, são, portanto, possuidores de conhecimentos tradicionais sobre o ambiente e seu manejo racional caracterizadas por práticas tradicionais. A partir da lógica de mercado, e do cercamento dos territórios de vida dessas populações, as comunidades rurais sertanejas passaram a perder os seus territórios. Neste estudo, Capão Celado e Barra do Pacuí ilustram este processo e a desarticulação do modo de vida das “gentes sertanejas”.

PALAVRAS-CHAVES: comunidades rurais sertanejas - territorialidades - identidades - Capão Celado - Barra do Pacuí

1- INTRODUÇÃO

A história do espaço compreendido como sertão norte-mineiro relaciona-se à sua apropriação por grupos diferenciados que forjaram identidades que os vinculam ao meio físico em que se encontram. São populações possuidoras de conhecimentos sobre o ambiente e seu manejo racional caracterizado por práticas tradicionais. São comunidades vazanteiras, geraizeiras, caatingueiras, veredeiras, quilombolas que elaboraram suas vidas num território específico e criaram estratégias de reprodução social.

A partir da lógica de mercado, e do cercamento dos territórios coletivos dessas populações, as comunidades rurais sertanejas passaram a perder os seus territórios. Neste estudo, Capão Celado e Barra do Pacuí ilustram este processo e a desarticulação do modo de vida das “gentes sertanejas”.

Enfocando os processos de territorialidade das comunidades rurais sertanejas, e as alterações ocorridas a partir da lógica capitalista, este trabalho tem como objetivo analisar a construção das múltiplas identidades territoriais existentes no lugar sertão, as transformações

¹ Professora do Departamento de Geociências da UNIMONTES. Pesquisadora do grupo de pesquisa “OPARÁ: Tradição, Identidade, Territorialidade e Mudança entre Populações Rurais e Ribeirinhas no Sertão Roseano”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, com financiamento da FAPEMIG e do CNPq. Doutoranda em geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. gracapira@yahoo.com.br.

ocorridas no seio dessas populações com a implantação das novas atividades, a partir da década de 1970.

2- TERRITORIALIDADES SERTANEJAS

O termo sertão definia, no tempo colonial, a fronteira entre o conhecido e habitado - o litoral - e o desconhecido - o interior desabitado e inóspito. Atualmente, o eco desta definição colonial é refletido pelas políticas públicas que visam desenvolvê-la introduzindo na região megaprojetos que não traduzem ou abarcam as especificidades locais. Assim, criam-se ilhas de desenvolvimento de acordo com os parâmetros estatais, rodeadas por populações rurais expropriadas ou encurraladas no processo de instalação principalmente das monoculturas e pelas florestas energéticas.

Moraes, citado por Almeida (2008, p. 52), enfoca que o sertão é uma realidade simbólica, um discurso valorativo que qualifica os lugares. No imaginário social brasileiro, este termo remete a múltiplos significados e resignificações construídas e desconstruídas ao longo da história do país, representações edificadas tanto pelas oligarquias dominantes como pelos estudos acadêmicos e ficcionais.

Donald Pierson², Auguste de Saint-Hilaire, Debret, Euclides da Cunha, Sergio Buarque de Holanda e João Guimarães Rosa são alguns nomes de viajantes, pesquisadores e escritores que contribuíram para a construção do signo sertão, remetendo o imaginário à idéia de vários sertões, representação que vincula este espaço à abstração de sua delimitação física e conceituação precisa. "Sendo um Estado maior do que os estados que, em parte, forma - Minas Gerais, Goiás e Bahia – ele é um estado-do-ser dos homens", Brandão (1998, p. 107). Neste trabalho delimito geograficamente o sertão à região norte mineira.

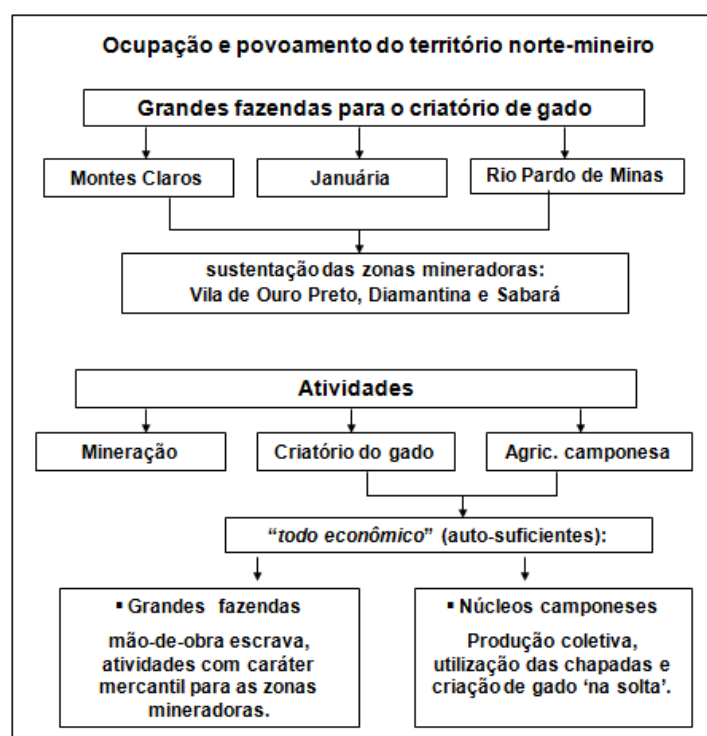
Almeida (2008, p. 52) aponta a constituição da representação ficcional da sociedade sertaneja³ por Guimarães Rosa, no romance Grande Sertão:Veredas, que, além de dar visibilidade aos excluídos da história econômica do país (Bolle, 2000), mostra a sua representação alicerçada nos grandes fazendeiros criadores de gado e vaqueiros submissos a eles.

² Alguns autores, como o primeiro citado acima, realizaram as suas pesquisas financiadas pelo Estado, o que comprova que estas duas vertentes se imbricam na construção do signo sertão.

³ Não discutirei neste trabalho o significado do termo sertão na obra de JGR, visto que este é um debate longo e merece, só para ele, outro trabalho. Minha intenção é apontar a sua interpretação como definidora de uma identidade sertaneja, forjada pelos fazendeiros criadores de gado, vaqueiros e pequenos produtores submetidos aos fazendeiros.

Distanciando-se da visão das classes dominantes do país, este autor vincula o espaço sertão à uma dinâmica social pujante, portadora de uma cultura forjada na história pelas distâncias, pela solidariedade e pela força. No sertão de Guimarães Rosa este é o local em que habitam os grandes fazendeiros criadores de gado, sempre rodeados pelos vaqueiros e seus agregados - estes dois também podendo personificar os jagunços -, além dos pequenos agricultores rurais negros e brancos despossuídos que mantinham relações próximas e de subordinação com os fazendeiros. No dizer de Galvão (2000, p. 36), são a “*peble rural, sem laços, sem raízes, desde então sem terra, como agora*”.

Em Grande Sertão: Veredas, Guimarães aponta o sertão como um espaço que forja uma cultura sertaneja resultante desse conjunto de atores, definida por Costa (1997) como o resultado do imbricamento entre fazendeiros-coronéis, camponeses e mineradores, novos atores que chegaram a partir do início do século XIX, como mostra o quadro a seguir:



QUADRO 1- Ocupação e povoamento do território norte-mineiro.
FONTE: Graça Cunha, 2010. Baseado em Costa, 1997.

O autor⁴ assinala que a distância do centro econômico do país foi a causa da independência da região, definida por sua auto-suficiência, ou “*todo-econômico*”, com a

⁴Delimito neste trabalho a obra de Costa em dois ciclos, o 1º. ele descreve a cultura sertaneja tendo como seu cerne fazendeiros, camponeses, escravos e forros e mineradores; e o 2º. ciclo, após 1997, o autor passa a abordar

produção para o consumo interno e para abastecer de alimentos e animais as áreas mineradoras do país.

Contudo, o povoamento do sertão também foi forjado por populações diversas não vinculadas à economia do gado, dentre eles os grupos sociais originados das regiões das *plantations* e dos engenhos - formando quilombos e grupamentos indígenas. Estes grupos desenvolveram estratégias de invisibilidade simbólica e social passando a habitar áreas distantes e de difícil acesso, geralmente no interior de matas fechadas, ou nos interstícios dos centros econômicos, como forma de se manterem ou de se firmarem como grupo social, processo denominado por Little (2002) como etnogênese, fruto das territorialidades desencadeadas por esses grupamentos que os permitiram criarem espaços de liberdade para a sua reorganização e afirmação identitária nos novos territórios.

Desse modo, o mundo rural sertanejo apresenta uma multiplicidade de territorialidades vinculadas à sua construção material e simbólica pelas diversas populações que vieram habitá-lo ou que já o habitavam anteriormente. Além daqueles vinculados à economia do gado, negros aquilombados, indígenas e brancos despossuídos habitaram espaços de grande diversidade natural da região: o cerrado - cerradão, campo sujo, matas de galeria, veredas -, a caatinga e as faixas de transição entre um bioma e outro. Todas estas áreas forjaram identidades diversas que vinculam a população ao meio, uma territorialidade que une cultura e ambiente, são as identidades territoriais, reflexo da interiorização pelas populações da natureza, dos espaços de vida (Costa, 2006; Almeida 2008).

2.1- O Sertão e suas Gentes: etnicidades ecológicas

“a rede de dormir não é apenas um conjunto de tramas de fios de algodão, é também uma teia de significados”. (Laraia, 2004).

Paul E. Little (2004) afirma que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. A territorialidade é compreendida pelo antropólogo como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Portanto, compreende-se que as estratégias para garantirem a reprodução material e social de um grupo familiar ou de uma coletividade se constituem como estratégia de territorialidade. Este mesmo autor define a territorialidade como:

as identidades sertanejas, as populações tradicionais vinculadas ao ambiente, entre eles caatingueiros, cerradeiros e geralistas ou geraizeiros.

produto do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu “território” [compreendido como] produto histórico de processos sociais e políticos (Idem, 2002, p. 3).

Segundo Little, a territorialidade humana tem uma multiplicidade de expressões que produz grande diversidade de territórios que manifestam suas particularidades socioculturais.

Essas formas singulares de expressões tecem as identidades, que simultaneamente envolvem o campo simbólico, que identifica o indivíduo ao grupo; e a diferença, que o distingue dos demais. Identifica na partilha de mitos e crenças, nos códigos de conduta e na organização social interna, uma história comum que define as especificidades do grupo, e os distingue dos demais pela diferença desse grupo por outros grupamentos sociais que se organizam e interpretam a vida e seus fenômenos, que se relacionam com os outros e com a natureza, que trabalham e vivem de forma diferente da sua.

Portanto, se é na comunhão de condutas, representações e valores que a identidade é construída, é na diferença que ela se firma. Pode-se falar, então, que os diversos grupos étnicos sertanejos em seus diferentes ambientes naturais formaram identidades múltiplas que refletem as suas especificidades internas e as diferenciam dos outros grupamentos na mesma região.

Estas populações, como muitas outras das várias regiões do país, passaram a ter visibilidade política a partir da Constituição de 1988, quando se iniciou um longo debate político incorporado pelo debate acadêmico sobre os seus direitos, seus conhecimentos tradicionais e sobre a importância de resguardá-los, tanto por simbolizarem resíduos históricos que contribuíram para a construção da nação brasileira como pelo fato de serem reconhecidos como os guardadores da biodiversidade dos territórios que habitam.

São atualmente considerados populações ou povos tradicionais que expressam territorialidades específicas, caracterizadas pela relação próxima com o ambiente, os vínculos de solidariedade, o trabalho familiar, sendo que a tradição da relação entre sujeito e ambiente gera um “*know-how*” sustentado nas práticas do fazer, na vivência cotidiana e na transmissão sucessória desses saberes. Costa aponta que “a terra não é somente lugar de produção e reprodução, ela é transformada no próprio corpo social, dado que nela estão enterrados os seus ancestrais que instituíram os seus ‘*mundus*’”, suas especificidades estão pautadas nas formas como se relacionam com o ambiente, os seus ancestrais e mitos, expressando a sua historicidade (2006, p.83).

Diegues e Arruda (2001) interpretam as populações tradicionais como grupos culturalmente diferenciados que em sua trajetória histórica construíram e atualizaram seu modo particular de vida e de relação com a natureza, considerando a cooperação social entre seus membros, a adaptação a um meio ecológico específico e um grau variável de isolamento.

Ao elaborar estudos sobre as populações tradicionais do norte de Minas, Dayrell (1998, p.70) analisa que elas se referem “a otras e a ellas mismas, como siendo vazanteiros, barranqueiros, caatingueiros o geraizeiros”. Donald Pierson (1972) ao realizar estudos sobre o homem do vale do São Francisco descreve em seus relatos a existência de populações conhecidas como veredeiros e os geralistas ou geraizeiros.

Neste trabalho, considero as comunidades rurais sertanejas como populações tradicionais. São as “gentes sertanejas” (Costa,2006), sintetizado no quadro a seguir:

AS GENTES SERTANEJAS: IDENTIDADES E ETNICIDADES ECOLÓGICAS ⁵						
	As gentes das veredas ⁶	As gentes dos gerais	As gentes das caatingas	As gentes dos quilombos	As gentes indígenas	As gentes das vazantes
Localidades	localizam-se na margem direita do rio São Francisco.	Localizam-se nos planaltos, encostas e vales das regiões dos cerrados.	Localizam-se nos sopés da Serra do Espinhaço, denominada Serra Geral.	Localizados nas margens dos rios, ribeirões e lagoas do vale do rio Verde Grande. Floresta de caatinga arbórea.	Localizadas no trecho médio São Francisco.	Localizam-se em ilhas e barrancos do rio São Francisco e outros rios norte-mineiros.
Características	Profundo sentimento de pertença ao lugar. A agricultura de vereda e a utilização da palmeira Buriti permeiam suas vidas. O conhecimento de técnicas de manejo do ambiente compreende o rodízio de áreas, possibilitando a sua regeneração e a reprodução social das comunidades veredeiras.	São os geraizeiros, campineiros e chapadeiros. Distinguem-se por uma forma singular de apropriação regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos (Dayrell, 1998). Lavouras diversificadas em espécies e variedades, criação de gado e extrativismo nos espigões, chapadas e tabuleiros.	Descendentes de migrantes portugueses e italianos. Introduziram na cultura existente uma racionalidade distinta. Agricultores familiares, racionalidade econômica que os vincula ao mercado.	Povos de maior incidência na região, os quilombolas emergiram como população tradicional a partir da Constituição de 1988. Articulação entre agricultura, criação de gado na larga, caça, pesca e extrativismo.	Muitas populações indígenas que habitavam a região foram dizimadas pelos bandeirantes. Permanecem os Xakriabá, que vivem em uma região de transição entre cerrado e caatinga. Apropriação coletiva do território, e o seu modo de uso se estabeleceu nos moldes de uma economia regional, sertaneja, cabocla. Cultivo de roças com a técnica de coivara, criação de animais e coleta extrativista.	Manejo do ecossistema sanfranciscano, articulando diversos ambientes existentes em cada território vazanteiro para a prática de agricultura de vazante e sequeiro, a pesca, criação de animais e extrativismo. Sua formação cultural foi influenciada pelos povos indígenas e negros. Linguagem e literatura popular herdadas dos processos migratórios.

QUADRO 2- As Gentes Sertanejas: identidades e etnicidades ecológicas.
 FONTE: Organização Graça Cunha. Baseado em Costa (2006, p. 88-102).

⁵ Atualmente, essas populações articulam formas de resistência, principalmente os povos quilombolas, que os possibilitam permanecerem em seus territórios e a sua reprodução social, (Costa, 2006; Almeida, 2008).

⁶ Substistema dos cerrados, têm suas nascentes formadas por cursos difusos que se caracterizam pela proximidade do lençol freático.

As identidades territoriais sertanejas são compreendidas por Almeida (2008, p. 47) como a “etnoterritorialidade do sertanejo”, e por Parajuli (1996, apud Costa, 2006) como “etnicidades ecológicas”. Ou seja, frutos de processos que imbricam cultura e ambiente permeando a relação do homem com o território que habita: o sertão norte-mineiro, o espaço que vincula a população rural aos ambientes das caatingas e dos cerrados - e suas múltiplas variações - e que traça nestes formas diversas de conviver com o meio e de territorializá-los material e simbolicamente através dos significados dados aos espaços habitados. Surgem, assim, identidades geraizeiras, vazanteiras, quilombolas, caatingueiras e veredeiras, como mostra o Quadro 2, fruto da etnoterritorialidade sertaneja, da relação próxima dessas populações com o ambiente e da cultura tecida pelas especificidades locais.

Num cenário macro podemos falar de uma cultura sertaneja, entendida como o

resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato no território norte-mineiro bem como as transformações verificadas, com o passar do tempo, em função das articulações das populações existentes com homens de outras regiões. Costa, (1997, p. 82).

No entremeio dessa cultura sertaneja podemos observar as tradições resultantes de heranças passadas que geraram laços de solidariedade e se tornaram a base de sustentação dessas populações, como nos trabalhos em mutirões, nas relações de vizinhança, e também nas figuras das parteiras, das benzedadeiras, dos raizeiros, atores importantes para as populações locais. Suas representações simbólicas orientam as relações entre os mesmos e entre eles e os outros seres e o ambiente, possibilitando o equilíbrio entre as distâncias do sertão que os isolavam e a afirmação da crença e do sagrado que os aproximam de uma lógica religiosa, Brandão (1999).

Este conjunto permeia o modo de vida dessas populações e dão sentido a ela, e são elaboradas - de formas diversas - as identidades locais que nos campos simbólico e prático suscitam as formas de organização interna, a ritualização do trabalho e as práticas cotidianas, as formas como se relacionam com os seus ancestrais e constroem os seus mitos. São as especificidades existentes no interior de cada população sertaneja na territorialização do seu espaço de vida, das particularidades socioculturais vinculadas à construção histórica de seus territórios.

O processo de territorialização, ou seja, de apropriação material e simbólica dos territórios das populações rurais sertanejas, teve como fator de ruptura a inserção da região

nas políticas públicas que objetivaram o seu desenvolvimento econômico vinculando-a ao sustento energético e de matérias-primas para a produção industrial do Sudeste, principalmente as políticas desencadeadas a partir da década de 1970.

3- NOVAS TERRITORIALIDADES NO SERTÃO NORTE MINEIRO

“[...] o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer,” Haesbaert (2004).

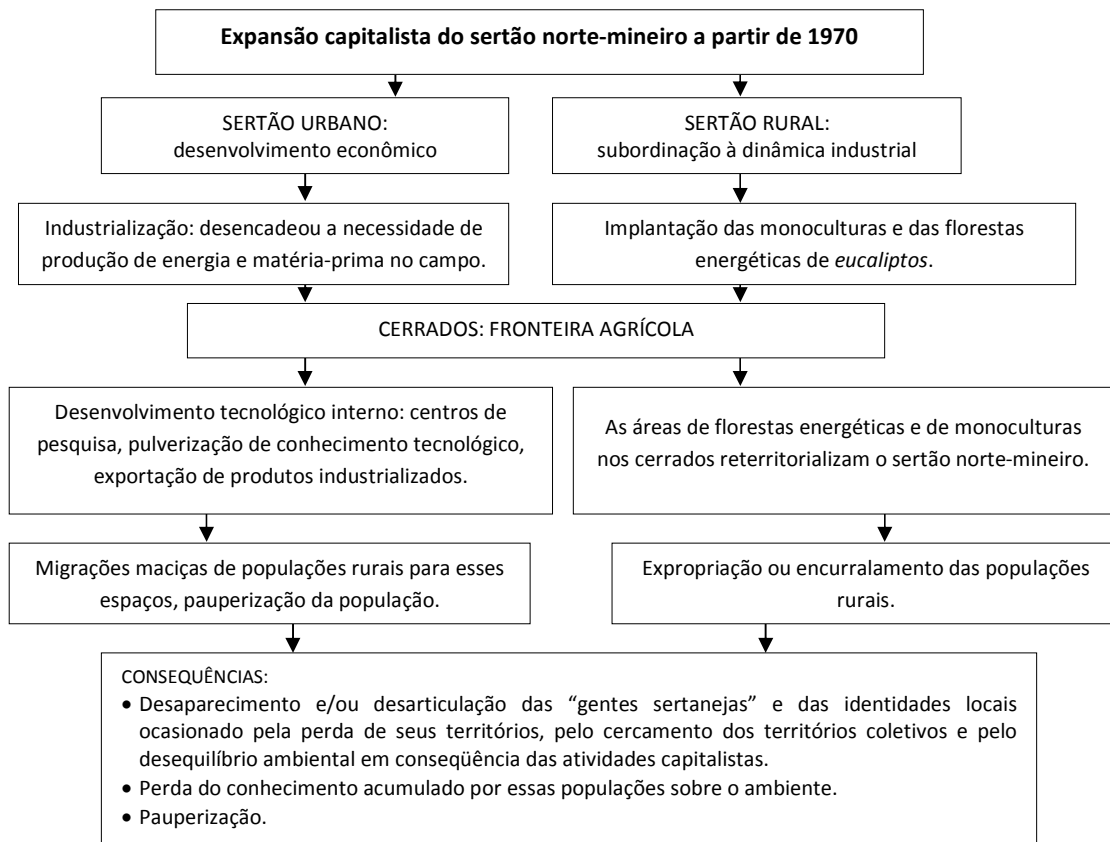
Se as décadas anteriores a 1970 são historicamente marcadas pela presença das “gentes sertanejas” no sertão norte-mineiro, com toda a sua multiplicidade de vida, de etnoterritorialidades (Almeida, 2008) e de etnicidades ecológicas (Costa, 2006), os processos de transformação deste espaço desencadearam a sua desarticulação ou o seu desaparecimento devido à perda de seus territórios e ao encurralamento dessas populações.

As políticas públicas para esta região⁷, além de introduzir ilhas industrializadas, presentes nos distritos e pólos industriais de Pirapora e de Montes Claros, também tiveram como meta a introdução de atividades capitalistas no campo, entre elas as monoculturas - os cerrados tornaram-se a nova fronteira agrícola do país - e a implantação de florestas energéticas.

Empresas monocultoras e reflorestadoras introduziram novas formas de apropriação do espaço, modificando a relação campo-cidade e, conseqüentemente, as relações de trabalho e de vida dos sertanejos. As políticas públicas que incentivaram as transformações foram impulsionadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - que possibilitou a instalação e a implementação de complexos agrícolas e industriais no sertão norte-mineiro, considerado para fins de planejamento e execução estatal como Região Mineira do Nordeste, RMNe.

As transformações ocorridas neste espaço estão ilustradas no esquema a seguir:

⁷ A discussão sobre a desapropriação das populações rurais no município de Buritizeiro foi realizada na dissertação de mestrado desta autora, concluída em 2006.



ESQUEMA 1: Expansão capitalista do sertão norte-mineiro a partir da década de 1970.

FONTE: Graça Cunha, 2010.

Neste processo, a região teve grande parte de seu território desmatado para abrigar esta nova forma de exploração capitalista. Assim, expressiva parcela de populações rurais sertanejas foi expulsa de suas terras, uma vez que ocupavam áreas devolutas concedidas pelo Estado a grupos empresariais.

O cercamento dos campos, [...] não tardou a se fazer, contando, inclusive, com o apoio formal do Estado, privatizando grande parte das terras devolutas, com contratos de concessão por vinte anos para empresas de plantação de eucalipto, como os efetuados pela Ruralminas durante o regime ditatorial sob tutela militar, em Minas Gerais. (GONÇALVES, 2004, p. 222).

Uma vez que as especificidades das “gentes sertanejas” encontram-se na sua etnoterritorialidade, perder o seu território é, na interpretação de Haesbart: desaparecer! A sua identidade vincula-se às estratégias sociais no ambiente que possibilitam a sua reprodução social.

Como aponta o esquema anterior, as consequências são o desaparecimento e/ou desarticulação das “gentes sertanejas” e das identidades locais ocasionado pela perda de seus territórios, pelo cercamento dos territórios coletivos e pelo desequilíbrio ambiental em

decorrência das atividades capitalistas; a perda do conhecimento acumulado por essas populações sobre o ambiente e a pauperização dessas populações que permanecem nas áreas rurais e que lutam por criarem novas estratégias de sobrevivência, ou daquelas que se transferiram para as áreas urbanas e que habitam as periferias das cidades.

Uma análise sobre o que se perdeu ou transformou, a partir das mudanças ocorridas no sertão norte-mineiro será realizada a partir de duas comunidades sertanejas norte-mineiras, são elas:

1ª. Capão Celado, comunidade veredeira localizada nas cabeceiras do rio Formoso, município de Buritizeiro. O processo de transformação ocorrido nesta comunidade ocasionou a desapropriação da maioria de seus habitantes, restando apenas os remanescentes que conquistaram a propriedade jurídica de suas terras, totalizam sete famílias de um tronco comum que se encontram atualmente encurraladas principalmente pelas monoculturas de soja e de café e das florestas energéticas;

2ª. Barra do Pacuí, comunidade vazanteira localizada no município de Ibiaí. Esta permanece sofrendo as pressões advindas das empresas reflorestadoras e das grandes fazendas que os rodeiam. A perda das chapadas e o encurralamento de suas áreas de trabalho propiciam a necessidade de se criar novas estratégias de reprodução social, visto que o seu território contraído não os permitem terem condições de trabalho para a totalidade da população.

3.1- Capão Celado: das relações de reciprocidade ao esvaziamento das gentes veredeiras

O vaqueiro Doím: Por isso, que digo, que ele vai vender o que tem, tudo.

O vaqueiro Fidélis: O Urubuquaquá? As terras?

O vaqueiro Sacramento: Pode, por ele não ser daqui. Não tem amor. Terras em mão dele são perdas... (GUIMARÃES ROSA, 2001b, p. 119).



FIGURA 1- Rio Formoso, médio curso.

FONTE: Graça Cunha, 11/2005.

O rio Formoso localiza-se no noroeste do município de Buritizeiro e percorre aproximadamente 90 quilômetros antes de desaguar no rio São Francisco. A comunidade Capão Celado, localizada próximo à nascente do rio, nas margens de uma de suas veredas, é constituída por famílias que habitam a mesma área que habitaram seus antepassados quando se mudaram para a região, na primeira metade do século XX.

Capão Celado foi gradativamente rodeada pelas grandes lavouras que se instalaram nos arredores e que têm aumentado os desequilíbrios ambientais gerados pela utilização intensiva da água, do solo e de insumos artificiais, ameaçando a sustentabilidade da agricultura veredeira e da prática extrativista de coleta de frutos do cerrado para a produção de alimentos e de medicamentos.

Os moradores remanescentes convivem com as práticas predatórias de desmatamento nas áreas de preservação para a monocultura mecanizada e de implantação das florestas energéticas e a consequente prática de carvoejamento realizadas pelos novos atores.

Anterior às transformações ocorridas, as práticas de mutirão, as festas de reis, as relações de vizinhança asseguravam a reprodução social desta população. As centenas de veredas existentes nos arredores do rio possibilitavam o cultivo em extensas áreas e o rodízio da terra para produção, fornecendo-lhes o auto-sustento alimentar nos territórios coletivos, complementado pela pesca e a venda do excedente produzido.

Senhor Messias, morador de Capão Celado, relatou parte de sua história de vida: a chegada com o pai e onze irmãos e a luta que travou com a justiça para conseguir a propriedade da terra pela lei de Uso Capião, ao contrário da grande maioria de famílias que deixaram suas terras devido à pressão realizada pelas empresas e a polícia local para expulsá-los:

Aqui tinha umas 80 famílias que morava aqui. A Plantar, que tinha mais de 50 mil hectares de terra, chegou em 1974 e começou a pressionar as famílias para irem embora, falando que tinha a escritura, que tinha comprado a terra. Tinha outras empresas: a Pinusplan, a Bradesplan (54 mil ha, hoje é dos Petcov), Liasa, Rima. Teve uma vez que o delegado João Queiroz, a mando da Liasa, veio aqui e queimou tudo: curral, plantação e casa, para espantar a gente. Mas eu entrei na justiça e fiquei, consegui a escritura por liminar da justiça. Tive sorte, era um juiz que tinha raiva dos militares, ele foi exilado na ditadura. A Ruralminas é que tomava a terra do povo. (Depoimento de Sr. Messias Veloso, em 04/2005).

Os que ficaram tiveram suas vidas modificadas pelas monoculturas que não lhes permite reproduzir as relações de solidariedade e vizinhança, além de se encontrarem impedidos de continuarem pescando devido à alta taxa de agrotóxicos despejados no rio comprometendo a saúde dos peixes e periodicamente causando a sua mortandade. Estas famílias encontram-se isoladas, cercadas pelos vazios humanos refletidos nas monótonas paisagens homogêneas das plantações que os cercam.

Quando as empresas começaram a se instalar nas imediações da comunidade na década de 1970, havia cerca de 80 famílias de famílias veredeiras que habitavam as cabeceiras do rio Formoso, quase todas elas foram expulsos pelas empresas e pela polícia⁸, uma vez que habitavam terras que foram consideradas devolutas pelo Estado. Muitos deles retornaram como trabalhadores assalariados.

⁸ Informação fornecida por Dona Zelu, moradora de Capão Celado, em 04/2005. Sua origem e vida vinculam-se a esta comunidade. Ela cita, também, a atuação do DOPS, Departamento de Ordem Política e Social, dos delegados do município e dos capatazes das empresas, que utilizavam armas de fogo e ameaçavam os moradores, para que se retirassem da área que lhes fora cedida pelo governo para explorar suas atividades.

3.2- Barra do Pacuí: dos territórios coletivos aos cercamentos das gentes vazanteiras



FIGURA 2- Crianças brincando no rio Pacuí
FONTE: Alessandra Leal, 2009.

A comunidade da Barra do Pacuí pertence ao município de Ibiaí, localizado no início do trecho do Médio São Francisco. Inserida no bioma dos cerrados, a comunidade se encontra na confluência dos rios Pacuí e São Francisco, e apresenta uma população de 280 habitantes (IBGE, 2000) distribuídos em 51 famílias e 50 residências.

O processo de territorialização da Barra do Pacuí teve como marco fundante a chegada na década de 1930 de cinco famílias negras ao local, oriundas de uma fazenda de Pirapora, ocupando aproximadamente 48 hectares (Santos, 2008). Segundo relatos dos moradores, quando seus ancestrais chegaram primeiramente vieram apenas os homens que, após a compra das terras, construíram seus barracos e passaram a “descortinar”⁹ a terra para o cultivo. Somente passado um ano, quando já havia a garantia de alimento para as famílias é que estes as buscaram. A partir daí, com a ajuda das mulheres, construíram as casas de adobe, utilizando o barro de uma lagoa existente em seu território.

Em relação ao trabalho, este era definido em função do gênero, os homens com as atividades de pesca e de cultivo e as mulheres encarregadas dos afazeres que envolviam o cuidado da família e o cultivo da horta nas vazantes. Esta divisão não era estática, uma vez que as mulheres trabalhavam nas “roças” em épocas que demandavam maior trabalho. “[...]”

⁹ Termo utilizado pela população local para a prática de desmatamento em áreas destinadas à agricultura.

Nois fazia a obrigação de casa, plantava as horta, a vazante era na beirinha mesmo do Pacuí, justamente, fazia a lavoura e ajudava a colher a roça”, (dona Maria Messias, 2009).

A mobilidade dos homens no território sempre foi maior que a da mulher. Os trabalhos realizados em espaços mais distantes das moradias onde realizavam as suas plantações, os “gerais”¹⁰ utilizados para a criação do gado à solta e o extrativismo, além da atividade da pesca eram as práticas consideradas masculinas.

As plantações eram realizadas nas áreas próximas aos rios, locais onde os solos são beneficiados pelos ciclos anuais de recarga natural de insumos trazidos pelos rios em épocas das cheias, garantindo a sua fertilidade. Quando perdiam as características naturais, ou “empobreciam”, estas áreas eram deixadas em pousio por um tempo determinado para a sua regeneração.

A divisão dos espaços de trabalho era realizada de forma a possibilitar a ajuda mútua e o acesso de todos à terra para o seu cultivo. Na Barra do Pacuí ainda na atualidade é preservada esta organização, não há delimitação física destes espaços que são apropriados pelo trabalho, para os moradores não tem sentido a idéia de propriedade e sim de posse. Ou seja, as terras de cultivo eram e permanecem sendo demarcadas pelo processo de uso, o morador que cultivava uma área garantia a sua posse enquanto nela trabalhasse, em caso de mudança ou de abandono da terra, outro morador a cultivava.

Esta comunidade se caracterizava pela ajuda mútua, pelos laços de solidariedade e pelo uso coletivo do território, permitindo a reprodução da coletividade. A população utilizava as áreas das chapadas, os “gerais” para complementar sua alimentação através da coleta de alimentos e produtos medicinais, para a caça e para a criação do gado à solta.

Entre os moradores da comunidade e os fazendeiros vizinhos originaram-se relações de reciprocidade, as fazendas de criatório de gado eram locais que possibilitavam à população a complementação de sua renda, tanto pela produção agrícola em sistema de meação nestes espaços, como por meio do trabalho prestado aos fazendeiros em épocas do ano que demandavam maior número de mão-de-obra.

¹⁰ De acordo com Costa (2005) e Porto Gonçalves (2000), os “gerais” indicam que a terra não é privada, é um modo de apropriação e uso comum das “terras comunais”, ou territórios coletivos. Segundo os autores, este modo de apropriação da terra pelas populações tradicionais foi muito comum na região norte-mineira, que teve a sua dinâmica rompida pela ocorrência dos cercamentos realizados pela introdução das atividades de mercado neste espaço.

A partir da década de 1970, a organização interna da região passou a transformar-se devido às políticas públicas que possibilitaram o financiamento dos fazendeiros para a modernização de suas atividades, além do incentivo prestado às empresas que se instalaram para a produção das florestas energéticas.

Em decorrência dessas transformações ocorreu o cercamento das terras e a quebra das relações pré-existentes entre fazendeiros e comunidade. Os moradores relatam que foram proibidos de adentrarem os “gerais” atualmente cercados pelos grandes proprietários das terras. Segundo relato dos moradores, estes contratam funcionários - denominados de *capangas* pela população local - que mantêm vigilância atenta dessas áreas e que ameaçam os moradores da Barra do Pacuí quando estes pulam as cercas à procura de raízes, frutos e/ou lenha.

As áreas utilizadas para o plantio são as próximas ao rio Pacuí e à uma lagoa existente na área, onde praticam a agricultura de vazante. Atualmente, a ilha é a maior área de produção agrícola da comunidade, considerada por eles uma dádiva, pois não teriam condições de se reproduzirem sem a sua existência. Esta ilha formou-se no rio São Francisco em frente ao território da Barra do Pacuí em decorrência da grande cheia de 1979. Porém, as possibilidades de extrativismo, de criação de gado e de flexibilidade de seu território em terra firme deixaram de existir com os cercamentos.

Em relação aos trabalhos assalariados, anterior à década de 1970, estes eram prestados aos fazendeiros próximos em épocas que demandavam aumento de mão-de-obra, como nos períodos de preparo da terra para o plantio, colheita e transporte de gado. Este arranjo possibilitava a permanência da população em seu território e a continuidade da organização interna de trabalho e de vivência em grupo.

Atualmente, o trabalho via migrações temporárias para o Triângulo Mineiro e o Noroeste do estado nas agroindústrias existentes nessas áreas (Santos, 2008), são as possibilidades existentes de assalariamento da população. As migrações são realizadas principalmente pelos homens da comunidade.

Com a compressão do território da comunidade, também as práticas tradicionais de trabalho e a organização social relacionados ao gênero foram alteradas:

- A necessidade de aumentar a produção agrícola de alimentos no território delimitado, uma vez que já não ocorre a prática extrativista e a agricultura a meia, acarretando o maior uso do solo e a utilização de espaços antes destinados às outras atividades, como a criação de animais de pequeno porte. Atualmente estas atividades convivem no mesmo espaço;
- O pousio das terras - que possibilitam a regeneração natural da terra - não ocorrem com a mesma frequência, apenas quando o solo encontra-se exaurido de sua fertilidade, incapaz de produzir;
- Os territórios de trabalho das mulheres de cultivo de horta nas vazantes foram apoderados pelos homens para a produção em maior escala de alimentos e de excedentes, desarticulando o papel da mulher na comunidade, a complementaridade do trabalho e o equilíbrio agroalimentar da população;
- Contração do território pelo cercamento dos gerais, impossibilitando as práticas tradicionais de extrativismo.

Em síntese, o modo de vida desta população anteriormente vinculado ao uso dos “gerais”, ao cultivo no sistema de meação nas terras dos grandes fazendeiros, à comercialização do excedente para estes, além do trabalho que os mesmos possibilitavam à população foram extintos nesta nova dinâmica. Os produtores passaram a cercar os “gerais” e expulsaram os moradores da comunidade que trabalhavam em suas terras. As relações de complementaridade foram rompidas, assim como os territórios de trabalho da comunidade foram cercados para a introdução das novas atividades.

Uma das consequências desta transformação é a pressão demográfica vivenciada atualmente pela comunidade, “que impõe um número pequeno de hectares por unidade familiar”, Santos (2008, p. 118). A Barra do Pacuí atualmente encontra-se encurralada, cercada por monoculturas e florestas de *eucaliptos*.

5- CONCLUSÃO

Guimarães Rosa mostrou, em Grande Sertão: Veredas, o interior do país e a constituição de um povo com identidade própria, a saga de seus heróis cangaceiros errantes submissos aos grandes fazendeiros. Este romance aponta para um interior que reflete as desigualdades históricas que delineiam a construção da sociedade brasileira, cheia de iniquidades comandadas por oligarquias locais.

Estas oligarquias permanecem sendo reportadas historicamente e mantidas pelo Estado que expropria as populações rurais para abrigar os segmentos mais abastados da sociedade, além dos novos empreendedores, que reproduzem neste espaço uma dinâmica de mercado. Industrializa-se o campo, e com isso uma dinâmica excludente se (re)instala de forma incisiva.

Apesar das transformações ocorridas e das pressões sofridas, o território sertanejo do norte de Minas permanece abrigando comunidades rurais guardadoras de conhecimentos tradicionais sobre o ambiente e a reproduzir uma organização social diversa da instituída pelo sistema produtivo vigente. Essas populações conquistaram os seus territórios à procura de espaços de liberdade para de se reproduzirem culturalmente como povos distintos no processo histórico de povoamento da região.

As populações tradicionais carregam consigo parte da memória do país, a forma como organizaram neste espaço as especificidades relacionadas à reprodução social, cultural e material que fazem parte da história do Brasil rural. Apontam para as práticas tradicionais que já não fazem parte do cotidiano das populações modernas vinculadas à reprodução capitalista.

As comunidades rurais existentes no território sertanejo do norte de Minas ganham visibilidade política e social pela compreensão da necessidade urgente de que seus conhecimentos sejam assegurados e a sua cultura preservada para as gerações futuras.

Essas populações, principalmente as quilombolas que possuem seus direitos assegurados a partir de 1988, passam a se organizarem por meio de debates com entidades acadêmicas e organizações governamentais e não governamentais, para permanecerem assegurados os seus territórios e os seus modos de vida. A partir desses debates, surgem as redes de interação social e econômica, cooperativas e associações que possibilitam aos povos sertanejos o fortalecimento enquanto grupos sociais distintos e a sua permanência diante do novo cenário.

As comunidades citadas neste trabalho - Capão Celado e Barra do Pacuí - ainda não conquistaram ou reivindicaram seus espaços de lutas. Para a primeira já não é possível, visto que quase a totalidade das famílias veredeiras já não se encontra mais reproduzindo este modo de vida, pois migraram para outras localidades. Para a segunda comunidade este debate pode assegurar a permanência de sua reprodução social e cultural no território que ocupa, de sua identidade e etnicidade ecológica.

5- BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Orgs.). **Geografia e Cultura: Os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.
- BOLLE, W. grandesertão.br ou a invenção do Brasil. In: MADEIRA, A; VELOSO M. (orgs.). **Descobertas do Brasil**. Brasília: UnB, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da Terra**. Campinas: Unicamp, 1999.
- COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas. Montes Claros**: Best, 1997.
- _____. Populações Tradicionais do Sertão Norte Mineiro e as Interfaces Socioambientais Vividas. In: **Revista Cerrados** vol. 4 - nº 1, Montes Claros: 2006.
- DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. Huelva: 1998. (Dissertação de Mestrado).
- DIEGUES, Antônio C; ARRUDA, Rinaldo S.V. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **Guimarães Rosa**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- GAMA, Maria das Graças Campolina Cunha. **Água, Vereda, Veredeiro: Um estudo sobre as agriculturas camponesa e comercial, nas cabeceiras do rio Formoso, em Buritizeiro-MG**. Uberlândia: IG/UFU, 2006. Dissertação de Mestrado.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo. MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão: Veredas**. 33ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- _____. **No Urubuquaquá, no Pinhem** (Corpo de Baile). 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio Imaterial: Conceitos e Implicações. In: TEIXIERA, João Gabriel; GARCIA, Marcos Vinícius Carvalho; GUSMÃO, Rita. **Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: ICS?UnB. Bauru:EDUSC, 2004.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico** 2002/2003. Rio de Janeiro: 2004.
- _____. Territórios Sociais e povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. In: **Série Antropologia**. Brasília, 2002.
- PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972, Tomo II.
- SANTOS, Rodrigo Herles. **Aqui Estou, Aqui Faço o meu Lugar: um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiá, MG**. Uberlândia: IG/UFU, 2008. Dissertação de Mestrado.